



RESPOSTAS AOS RECURSOS

PROVA 1

Questão

1	3	9	10
---	---	---	----

As afirmativas I e II estão corretas, de acordo com o que se pode depreender do texto, a exemplo das linhas 26 a 30 e 62 a 67. A afirmativa III encontra-se incorreta, uma vez que há regras de *criminal compliance* no Brasil anteriores à reforma do Código Penal espanhol.

Gabarito mantido.

Questão

2	13	5	7
---	----	---	---

O único parágrafo que ao mesmo tempo mantém maior aproximação ao sexto, em relação à tipologia textual e à função discursiva é o oitavo, como se depreende do gabarito. Os recursos se insurgem defendendo a aproximação com outros parágrafos no tocante a um dos critérios somente, o que não corresponde ao solicitado no enunciado. É natural que outros parágrafos se aproximem do parágrafo indicado, uma vez que fazem parte do mesmo texto. Entretanto, destaque-se que a questão pedia o que mantém maior aproximação, resultando na avaliação da habilidade comparativa do candidato.

Gabarito mantido.

Questão

3	6	1	6
---	---	---	---

Não cabe falar em erro de transcrição, uma vez que as alternativas não apresentaram aspas ou indicação de linhas, e sim meramente a referência ao núcleo substantivo. Na linha 51, “dela” refere-se à realidade legal mencionada na linha anterior, e não à tendência político-criminal, o que configura a resposta a ser assinalada. Nas demais alternativas, os vocábulos se referem corretamente ao que foi indicado.

Gabarito mantido.

Questão

4	11	3	9
---	----	---	---

Com base no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, todas as alternativas constituem sinônimos do vocábulo “ínsitos”, à exceção de “adventícios”. Os próprios recursos reconhecem a significação de “peculiar” com a noção de “particular” ou “privativo”. Embora também signifique “relativo a pecúlio”, tal sentido não é o único do vocábulo, e isso não invalida a questão.

Gabarito mantido.

Questão

5	4	6	12
---	---	---	----

O vocábulo “sujeitas” refere-se a “matrizes” e não a “normas”. A natureza do vocábulo não é adverbial, não cabendo, portanto, falar em sua classificação como adjunto adverbial de modo.

Gabarito mantido.



Questão

6	10	13	8
---	----	----	---

O vocábulo “só”, ao compor a estrutura “não só... mas também”, que tem valor de conjunção, não é isoladamente também classificado como conjunção. A noção de “só” é adverbial, equivalente a “somente”. O vocábulo “mais” tem valor adjetivo, modificando a palavra “espaço”, não podendo, portanto, ser classificado como advérbio.

Gabarito mantido.

Questão

7	1	2	5
---	---	---	---

A alegação de que somente se pode usar, no caso de um termo intercalado, ou travessão ou vírgula não procede, assim como não é correto afirmar que um travessão pode fazer “par” com uma vírgula. Observando-se a estrutura sintática do período e sua pontuação, o gabarito indicado constitui o único exemplo em que se respeitaram as regras de pontuação ao mesmo tempo em que se manteve adequação ao sentido original.

Gabarito mantido.

Questão

8	2	4	3
---	---	---	---

Os recursos apontam o SE como parte integrante de um verbo impessoal. Como se pode depreender de consulta a qualquer gramática básica, não há menção à natureza impessoal do verbo TRATAR. Vale lembrar que a classificação de um verbo como pronominal não significa que todo verbo acompanhado de “pronome” o seja, e ainda que se entenda como parte integrante do verbo.

Gabarito mantido.

Questão

9	5	12	2
---	---	----	---

Não houve recursos interpostos.

Questão

10	8	7	4
----	---	---	---

O termo indicado no enunciado funciona como objeto indireto, assim como o termo “de ajustamentos”, sendo a única ocorrência entre as alternativas.

Gabarito mantido.

Questão

11	7	10	13
----	---	----	----

Em “inferir”, não há a noção de movimento “para dentro” equivalente a “influxo” ou “insuflar”. A alegação de equivalência entre “suflar” e “insuflar” não elimina o sentido do prefixo in-.

Gabarito mantido.



Questão

12	12	8	11
----	----	---	----

As afirmativas não indicam que há “apenas” as orações indicadas. Ao se afirmar que há uma oração coordenada sindética aditiva e uma oração coordenada sindética alternativa não se quer dizer que não haja orações subordinadas adjetivas.

Gabarito mantido.

Questão

13	9	11	1
----	---	----	---

A palavra QUE pode funcionar como preposição na composição de uma locução verbal. O fato de vir após um verbo não torna a palavra obrigatoriamente uma conjunção, assim como não há necessidade de haver um verbo transitivo indireto para que haja preposição em um período.

Gabarito mantido.

Questão

14	14	14	14
----	----	----	----

Não há correlação entre texto e imagem que comprove ironia, o que invalida a afirmativa I. Na afirmativa II, o trocadilho, independentemente de ser proposital ou não, ocorre com o termo “sedentário” e a ideia de estar com sede. Na afirmativa III, independentemente da opinião do autor do quadrinho, não há elementos textuais que comprovem seu entendimento ou não. Dessa forma, estão corretas somente as afirmativas II e III.

Gabarito mantido.

Questão

15	15	16	15
----	----	----	----

A afirmativa I se refere a parte da fala do homem. Portanto, não há como alegar que a fala dele não foi transposta na íntegra, como solicitado nos recursos. Há equivalência, no contexto do quadrinho, entre “devia” e “deveria”, o que torna a afirmativa II correta. A forma “Tá bom” comprova o registro coloquial na fala do homem.

Gabarito mantido.

Questão

16	16	15	16
----	----	----	----

O imperativo afirmativo do verbo “trazer” na pessoa “tu” tanto pode ser “traz” quanto “traze”, o que invalida a argumentação dos recursos interpostos. A afirmação de que se faz o imperativo negativo somente se colocando o NÃO na frente do verbo não encontra respaldo gramatical.

Gabarito mantido.

Questão

17	18	20	18
----	----	----	----

A única alternativa de acordo com a norma culta é a indicada no gabarito. O verbo optar pede a preposição “por”, donde se conclui que “por que”, equivalente a “pela qual”, encontra-se correto. A afirmativa de que o “para” seguinte complementaria o sentido de “optar” é equivocada.

Gabarito mantido.



Questão

18	19	19	19
----	----	----	----

A análise do texto não permite inferir que o último desejo é o último da vida de um dos amantes. Não há marcas textuais de gênero que identifiquem a voz como masculina ou feminina. O último desejo de um dos amantes é que o outro “diga”, e a esse respeito, dois pedidos: “diga bem” e “diga mal”.

Gabarito mantido.

Questão

19	20	17	20
----	----	----	----

A argumentação dos recursos aponta para a classificação de “às” como a fusão da preposição “a” com o pronome demonstrativo “a”. Entretanto, trata-se de fusão entre preposição e artigo. São conjunções no trecho: QUE, QUE, E, QUE. São pronomes no trecho: você, me, você, nossa, que, eu, eu.

Gabarito mantido.

Questão

20	17	18	17
----	----	----	----

A questão buscava avaliar se a alteração do pronome e sua concordância tinham sido feitas de acordo com a norma culta. Em se tratando do trecho alterado, só está de acordo com as regras de concordância o caso em que o pronome de tratamento mantém o verbo na terceira pessoa. A ausência de alteração de todo o verso não enseja anulação da questão, pois o que se devia avaliar era o trecho alterado, donde se conclui que o trecho inalterado estava fora da análise proposta na questão.

Gabarito mantido.

Questão

21	27	35	22
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

22	31	22	39
----	----	----	----

A fórmula para um intervalo de confiança de 95% é: $(\bar{X} - 2 \frac{\sigma}{\sqrt{n}}, \bar{X} + 2 \frac{\sigma}{\sqrt{n}}) = (45 - 2 \frac{4}{\sqrt{64}}, 45 + 2 \frac{4}{\sqrt{64}}) =$

$$(45 - 2 \frac{4}{8}, 45 + 2 \frac{4}{8}) = (45 - 1, 45 + 1) = (44, 46).$$

Gabarito mantido.



Questão

23	39	27	30
----	----	----	----

O valor presente do fluxo de caixa A é dado por $VP = VF/(1+ni)$, assim como o Fluxo B. Trazendo todos para o ano 1:

A	B
60000	X
50000	60000
62500	31250

Assim o total do Fluxo de caixa A é 172500, enquanto o do Fluxo B é 91250 + X. Logo, $X = 172500 - 91250 = 81250$.

Gabarito mantido.

Questão

24	26	25	36
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

25	22	21	26
----	----	----	----

$1 + \text{taxa real} = 1 + \text{taxa aparente} / 1 + \text{taxa de inflação}$. Assim, $\text{taxa real} = 1,15/1,05 - 1 = 9,52\%$

Gabarito mantido.

Questão

26	24	24	24
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

27	21	32	38
----	----	----	----

A amostragem por voluntários não é uma amostragem probabilística. Dessa forma, não cabe falar em anulação da questão.

Gabarito mantido.

Questão

28	35	33	27
----	----	----	----

Desconto Racional Composto = $VF - VP$. $VP = 25000/((1+25\%)^2) = 16000$. Logo o Desconto = $25000 - 16000 = 9000$.

Gabarito mantido.

Questão

29	32	37	28
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.



Questão

30	28	36	25
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

31	29	23	37
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

32	30	28	31
----	----	----	----

As equações das demais alternativas, à exceção da indicada como gabarito, não representam uma função densidade de probabilidade de Bernoulli.

Gabarito mantido.

Questão

33	34	26	21
----	----	----	----

O resultado é o de uma permutação sem repetição e, portanto, a fórmula correta

$$\frac{10!}{(10-2)!} = \frac{10!}{8!} = 10 \cdot 9 = 90.$$

Gabarito mantido.

Questão

34	33	34	23
----	----	----	----

A fórmula da média geométrica simples é $\bar{X}_g = \sqrt[n]{x_1 x_2 x_3 x_4} = \sqrt[4]{2 \cdot 1 \cdot 4 \cdot 2} = \sqrt[4]{16} = 2$.

Gabarito mantido.

Questão

35	23	38	35
----	----	----	----

A afirmativa I está correta. A afirmativa II é incorreta, dado que a média amostral é igual a da população. A terceira afirmação está correta, pois $\sigma(\bar{X}) = \sigma_x / \sqrt{n}$, assim $\sigma(\bar{X}) = 2 / \sqrt{36} = 2 / 6 = 1/3$.

Gabarito mantido.

Questão

36	37	30	33
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

37	25	39	32
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

38	36	31	29
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.



Questão

39	38	29	34
----	----	----	----

No sistema de amortização constante (SAC), as prestações são decrescentes e iguais ao valor da amortização mais os juros do saldo devedor. A amortização é definida como Valor Inicial/Prazo. No presente caso:

$$A = 30000/30 = 1000.$$

Os juros da 1ª prestação são iguais a taxa vezes o Valor inicial = $2\% \cdot 30.000 = 600$. Assim, a primeira prestação é igual a $A + \text{juros} = 1600$. No SAC as prestações decaem a uma taxa igual a taxa de juros vezes a amortização, ou $2\% \cdot 1000 = 20$. Assim, a 2ª prestação seria igual a 1580, a 3ª 1560 e assim sucessivamente, até a oitava, que seria 1460.

Gabarito mantido.

Questão

40	40	40	40
----	----	----	----

Na tabela o valor correspondente a um período de 6 meses e uma taxa de 4% é 0.790315. Assim, o Valor Presente é: $3500 \cdot 0.790315 = 2766.10084$.

Gabarito mantido.

Questão

41	46	60	48
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

42	59	55	52
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

43	42	46	46
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

44	58	54	56
----	----	----	----

A questão está correta, conforme se pode depreender de Varian, Hall R. *Microeconomia: princípios básicos*.

Gabarito mantido.

Questão

45	47	58	50
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

46	43	53	55
----	----	----	----

O recurso não procede, conforme se pode depreender da tabela 4 do capítulo 4 (As forças de mercado da oferta e da demanda) de Mankiw, N. Gregory. *Princípios de Microeconomia*.

Gabarito mantido.



Questão

47	56	57	59
----	----	----	----

O gabarito deve ser alterado para “600”.

Gabarito alterado.

Questão

48	51	52	43
----	----	----	----

Em concorrência perfeita, as firmas tomam o preço como dado. Logo, a receita marginal é igual ao preço. Dessa forma, as firmas maximizam o lucro em concorrência perfeita escolhendo a quantidade em que o preço (que é igual a receita marginal) iguala o custo marginal: $P=C_{mg}=R_{mg}$. A afirmativa III está falsa, pois no longo prazo as firmas que operam em concorrência monopolística não possuem lucros extraordinários. Como basta um contraexemplo para falsear uma afirmativa, a afirmativa II é falsa.

Gabarito mantido.

Questão

49	54	47	45
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

50	44	51	44
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

51	50	44	54
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

52	53	41	60
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

53	45	45	47
----	----	----	----

O recurso não procede. As exportações líquidas são as exportações menos as importações e estas são afetadas pela renda doméstica.

Gabarito mantido.



Questão

54	55	50	51
----	----	----	----

As alternativas que se repetem estão ambas incorretas, não interferindo no gabarito da questão.

Gabarito mantido.

Questão

55	49	59	57
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

56	48	49	41
----	----	----	----

A questão está correta pois o PIB é \$2500, o setor de farinha agrega \$500 e a soma entre o total pago em aluguéis e lucros é igual a \$700, o que implica que o total pago em aluguéis não excede \$700.

Gabarito mantido.

Questão

57	41	43	42
----	----	----	----

A questão menciona em seu enunciado de forma clara: “...Para trazer de volta a inflação para a meta, a melhor combinação de políticas monetária e fiscal é, **respectivamente**,”. Isso implica mencionar primeiro a política monetária e depois a política fiscal na resposta, como mostra o gabarito.

Gabarito mantido.

Questão

58	52	48	49
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

59	60	56	53
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

60	57	42	58
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

61	61	65	69
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

62	75	70	64
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.



Questão

63	77	71	75
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

64	72	64	65
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

65	71	80	70
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

66	68	72	63
----	----	----	----

O assunto (liderança) está contido no edital, conforme evidenciado a seguir:

11. **Gestão de pessoas** e competências.

Gabarito mantido.

Questão

67	76	77	78
----	----	----	----

O fato das equipes serem transitórias e de curta duração não implica a proibição dos efeitos (resultado do trabalho) serem percebidos no longo prazo. A duração da equipe (curto prazo) não se confunde com o resultado do trabalho, que, produzido no curto prazo, pode ter reflexos no longo prazo.

Gabarito mantido.

Questão

68	78	62	76
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

69	63	63	66
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

70	79	66	74
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

71	69	78	79
----	----	----	----

O estilo de acomodação é não assertativo. Dessa forma, não cabem os argumentos apresentados nos recursos.

Gabarito mantido.



Questão

72	67	68	80
----	----	----	----

A argumentação do recurso não sustenta motivo que enseje anulação da questão.

Gabarito mantido.

Questão

73	70	79	62
----	----	----	----

O objeto do recurso (definição de “empenho”) reproduz o disposto na Lei 4.320/64.

Gabarito mantido.

Questão

74	65	75	72
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

75	80	67	68
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

76	74	74	71
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

77	73	73	67
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

78	62	69	61
----	----	----	----

A questão deve ser analisada com base nas alternativas oferecidas. A argumentação que evoca a não referência ao termo “entidade” não sustenta a anulação da questão.

Gabarito mantido.

Questão

79	66	76	77
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

80	64	61	73
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.



Questão

81	95	89	99
----	----	----	----

O enunciado não enseja dúvidas aos candidatos e somente existe uma opção correta. As lições doutrinárias lançadas não têm o condão de infirmar a questão posta. O gabarito indica os fundamentos das opções apresentadas: O CNJ exerce controle interno do Poder Judiciário pois é órgão integrante da sua estrutura. OCNMP pertence à estrutura do Ministério Público. O CNMP exerce atividade de controle do MP, que no nosso sistema não pertence ao Poder Judiciário. O controle interno é exercido pelo CNJ.

Gabarito mantido.

Questão

82	85	91	96
----	----	----	----

A afirmativa I está manifestamente errada, pois a competência para legislar é concorrente, e não privativa da União. A afirmativa II está correta porque política de crédito é, de fato, matéria de competência da União, conforme dispõe o art. 22, VII, da CRFB. É absolutamente dispensável, neste caso, afirmar que a competência é privativa. Ademais, não havia no enunciado nenhuma informação relativa a delegação de competência legislativa sobre esta matéria aos Estados, não podendo os candidatos presumirem que fosse o caso – até porque não foi editada até o momento nenhuma lei complementar nos termos do que autoriza o parágrafo único do art. 22. Assim, caso fosse aprovada por qualquer Estado da federação uma lei sobre política de créditos, esta lei necessariamente seria considerada formalmente inconstitucional por se tratar de matéria de competência da União. Por fim, a afirmativa III está incorreta porque a competência da União para editar normas gerais de licitação não se insere na competência concorrente, à qual se aplicariam os parágrafos do artigo 24, citados pelos recorrentes, mas na competência privativa da União, nos termos do art. 22, XXVII, só podendo ser exercida esta competência pelos Estados em caso de delegação pela União federal, nos termos do parágrafo único do art. 22, da CRFB.

Gabarito mantido.

Questão

83	94	100	81
----	----	-----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

84	91	93	83
----	----	----	----

Os princípios que regem a atividade econômica estão previstos no artigo 170 da Constituição, que assegura, em seu inciso IX, justamente o “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País”. Portanto, a afirmativa é falsa porque “o tratamento favorecido não se estende às empresas de médio porte”. É por este, e apenas por este motivo, que a afirmativa é falsa, não podendo prosperar os dois únicos recursos interpostos contra o gabarito.

Gabarito mantido.

Questão

85	100	92	97
----	-----	----	----

Não houve recursos interpostos.



Questão

86	99	87	94
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

87	96	97	84
----	----	----	----

Têm razão os recorrentes que alegaram erro material no gabarito divulgado. O enunciado da questão citava uma medida provisória (MP) editada em 2010 majorando a alíquota de determinado tributo e, dentre as alternativas oferecidas, indagava ao candidato o que seria correto afirmar a respeito da constitucionalidade da referida MP. O gabarito divulgado apontava como correta a alternativa segundo a qual a medida provisória seria “inconstitucional, pois medida provisória não pode dispor sobre matéria reservada a lei complementar”. Esta, no entanto, não é a afirmativa correta, pois majoração de alíquota de tributo não é matéria reservada a lei complementar e a própria Constituição admite a majoração de tributo por medida provisória (art. 62, §2º). Ocorre que, segundo este mesmo dispositivo constitucional, “medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada”. A resposta correta é a alternativa segundo a qual a MP em questão “é constitucional, mas só produzirá efeito em 2011 se tiver sido convertida em lei em 2010”. O enunciado da questão não especifica o tributo cuja alíquota foi majorada por MP, o que, todavia, é desnecessário em razão das alternativas apresentadas na questão. Todas as demais alternativas contrariam frontalmente o que dispõe o art. 62, §2º. De fato, se a Constituição determina que “medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos (...) só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada”, não se pode afirmar que a referida MP (i) “é constitucional e produz efeito imediatamente após a sua edição”, (ii) “é inconstitucional, pois medida provisória não pode dispor sobre direito tributário”, nem que (iii) “é inconstitucional, pois medida provisória pode instituir tributo, mas não pode alterar alíquota”. Por essas razões, o gabarito deve ser corrigido para “é constitucional, mas só produzirá efeito em 2011 se tiver sido convertida em lei em 2010”.

Gabarito alterado.

Questão

88	81	84	98
----	----	----	----

A questão foi formulada tendo por base o item do edital referente aos “Órgãos Fiscalizadores das Contas Públicas” e, como se poder extrair do próprio gabarito comentado, em momento algum a banca fez menção a dispositivos da referida Lei Orgânica. Mas, ainda que fizesse, isso absolutamente não infirmaria a questão, eis que se trata de conhecimento fundamental dentro do tópico “Órgão Fiscalizadores das Contas Públicas”. Compete ao próprio Tribunal de Contas julgar as contas do responsável (artigo 71, inciso II, CRFB), após contraditório e ampla defesa (Súmula Vinculante n. 03 STF), sendo certo que as decisões da Corte que imputem débito ostentam eficácia de título executivo extrajudicial (artigo 71, §3º, CRFB). Tomando por base o tipo 1, a alternativa A está equivocada em sua parte final, conforme artigo 71, §3º, CRFB. A alternativa B encontra-se equivocada, pois os Tribunais de Contas não possuem competência primária para sustação de contratos administrativos (artigo 71, §§1º e 2º, da CRFB). A alternativa D encontra-se equivocada, pois as competências ali previstas não são do órgão de controle interno, mas sim do Tribunal de Contas responsável pelo controle externo (artigo 71, incisos II e IX, CRFB). A alternativa E está equivocada em sua parte final, pois os Tribunal de Contas não possuem capacidade para ir a juízo promover a execução (a competência é do órgão de representação judicial da Fazenda Pública respectiva).

Gabarito mantido.



Questão

89	98	83	100
----	----	----	-----

O enunciado não enseja dúvidas aos candidatos e somente existe uma opção correta. As lições doutrinárias lançadas não têm o condão de infirmar a questão posta. Não existe Ministério Público no âmbito dos Municípios. A divisão do Ministério Público ocorre entre a União e os Estados. O enunciado trata da ação popular. A ACP pode ser proposta pelo MP e por pessoas legitimadas em lei, não se incluindo qualquer indivíduo (Lei 7.347/85). A presidência do inquérito civil cabe ao Ministério Público. Em relação à alternativa E do tipo 1, a afirmativa é falsa; ao contrário, é vedada a propositura nesse tema.

Gabarito mantido.

Questão

90	82	90	86
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

91	89	85	82
----	----	----	----

A questão buscava identificar, precisamente, se o candidato tem conhecimento a respeito da posição da jurisprudência sobre o tema, valendo lembrar que o tema pertinente ao conceito de “terceiros” para os fins do artigo 37, §6º, da CRFB foi revisitado pelo Supremo Tribunal Federal que, revendo sua anterior posição, passou a sustentar que se consideram terceiros tanto aqueles usuários, quanto os não usuários do serviço público. Confirma-se, a propósito, o atual entendimento do STF: “A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários, e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da CF. A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.” (RE 591.874, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 26-8-2009, Plenário, DJE de 18-12-2009). A questão envolve o conhecimento a respeito da aplicação da responsabilidade civil objetiva, fundada na teoria do risco administrativo, prevista no artigo 37, §6º da CRFB e sua extensão às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. Com base nas alternativas do tipo 1, nesse sentido, já se afasta, desde logo, as alternativas (a), (d) e (e), uma vez que o próprio comando constitucional expressamente estabelece que a responsabilidade civil por danos que agentes de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos causem a terceiros rege-se pela norma do artigo 37, §6º, da CRFB. Além disso, a norma do artigo 25 da Lei n. 8.987/95 afasta qualquer ideia de solidariedade com o Poder Concedente ou de responsabilidade subsidiária da concessionária. O cerne da questão, portanto, reside nas alternativas (b) e (c). Para responder adequadamente à questão, o candidato deve ter conhecimento da posição jurisprudencial que não faz distinção, para fins de aplicação do artigo 37, §6º, da CRFB, da condição de terceiro usuário ou não usuário do serviço público. Como resultado, a alternativa correta é a C.

Gabarito mantido.



Questão

92	88	81	88
----	----	----	----

O enunciado não enseja dúvidas aos candidatos e somente existe uma opção correta. As lições doutrinárias lançadas não têm o condão de infirmar a questão posta. Com base nas alternativas do tipo 1, o gabarito indica os fundamentos das opções apresentadas: a) FALSA. Não existe violação desse princípio que não consta do enunciado. b) FALSA, pelos motivos já aduzidos ; c) FALSA. Não existe violação desse princípio no enunciado, uma vez que se trata de país estrangeiro com outras formas de governo; d) FALSA. O enunciado não indica qualquer elemento para caracterizar essa violação. E) VERDADEIRO. O princípio do Juiz Natural não permite a criação de tribunais de exceção(CF, art. 5º, XXXVII).

Gabarito mantido.

Questão

93	86	86	89
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

94	93	96	90
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

95	84	82	93
----	----	----	----

A sanção de suspensão está limitada ao prazo de dois anos. Portanto, não cabe falar em anulação da questão.

Gabarito mantido.

Questão

96	87	95	87
----	----	----	----

O enunciado da questão apresentava um caso de uma lei X declarada inconstitucional pelo STF em ação direta de inconstitucionalidade, e indagava o que seria correto afirmar a respeito da lei neste caso.

A alternativa correta é aquela segundo a qual seria correto afirmar que a lei X pode ser federal ou estadual e não precisa ser encaminhada ao Senado para ser suspensa. Contra este gabarito foi interposto apenas um único recurso, sustentando-se numa suposta “doutrina mais recente” a respeito do art. 52, X. Há aqui dois equívocos. Primeiro, a nova interpretação que os ministros Gilmar Mendes e Eros Grau pretenderam atribuir ao art. 52, X, na ADI 4335 não prosperou. Em segundo lugar, esta “nova doutrina” não envolve o controle abstrato-concentrado, mas apenas o controle concreto-difuso, ao qual se aplica o artigo constitucional em questão.

Gabarito mantido.

Questão

97	97	98	91
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.



Questão

98	83	99	95
----	----	----	----

O enunciado não enseja dúvidas aos candidatos e somente existe uma opção correta. As lições doutrinárias lançadas não têm o condão de infirmar a questão posta. O gabarito indica os fundamentos das opções apresentadas. Veja, conforme gabarito do tipo 1: a) FALSA. A prisão civil, por interpretação restritiva do STF somente persiste para o devedor de alimentos, o que não é o caso de dívida com fornecedores; b) VERDADEIRO. Pelos motivos aduzidos; c) FALSA. A Constituição de 1988 manteve as prisões do devedor de alimentos e do depositário infiel; d) FALSA. Tanto homens como mulheres podem ser atingidos pela regra; e) FALSA. O próprio enunciado indica que a hipótese não se revela plausível.

Gabarito mantido.

Questão

99	92	94	85
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

100	90	88	92
-----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

PROVA 2

Questão

1	8	6	2
---	---	---	---

Não houve recursos interpostos.

Questão

2	6	1	5
---	---	---	---

Em que pese a omissão da expressão “viole direito de outrem”, a única opção correta é a apontada como gabarito, pois apresenta os elementos fundamentais para a caracterização do ato ilícito (conduta omissiva, nexos de causalidade e dano). As demais opções contrariam a norma Civil vigente estando incorretas em absoluto.

Gabarito mantido.

Questão

3	4	9	10
---	---	---	----

A única afirmativa correta é a III, pois apresenta a regra geral sobre a vigência de lei brasileira nos Estados estrangeiros. A omissão da expressão “salvo disposição em contrário” não torna a afirmativa incorreta. Nas avaliações objetivas o examinador constrói questões que apontem o conhecimento do disposto na legislação vigente e, caso queira incutir exceções à regra geral, o faz expressamente de modo que o candidato conhecedor do tema facilmente verifique se há correção ou incorreção nas opções indicadas.

Gabarito mantido.



Questão

4	9	10	3
---	---	----	---

As opções indicadas pela Banca Examinadora como incorretas contrariam o anunciado no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), restando apenas uma assertiva correta. A assertiva que gerou mais recursos foi a que dispunha: *“O serviço será considerado defeituoso quando não fornecer a segurança que o consumidor dele espere, ainda que se trate de adoção de novas técnicas”*. Resta incorreta a segunda parte, visto que o § 2º. do art. 14 do CDCon determina que *“O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas”*. Portanto, ao considerar que na adoção de novas técnicas o serviço poderá ser considerado defeituoso, a assertiva incorre em erro por contrariar dispositivo da Lei Especial aplicável ao caso. A opção correta por sua vez, está integralmente contemplada no texto do art. 21 da Lei em análise e, os demais termos integrantes do referido artigo, bem como a exceção apontada pelo mesmo, por não constarem da assertiva, não a tornam incorreta, visto que incorreção e incompletude são elementos distintos.

Gabarito mantido.

Questão

5	3	4	1
---	---	---	---

Questão anulada.

Questão

6	7	2	9
---	---	---	---

Não houve recursos interpostos.

Questão

7	10	8	6
---	----	---	---

Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes poderá exigir, antes de cumprida sua obrigação, o implemento da do outro, conforme preceitua o art. Art. 476 do CC, que dispõe: *“Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro”*.

Gabarito mantido.

Questão

8	2	7	8
---	---	---	---

Os recursos intentados contra a questão em análise reconhecem que há quatro assertivas incorretas. Alegam, contudo, que a opção correta poderia ensejar erro de interpretação por afirmarem que estaria incompleta. Vale lembrar que incorreção e incompletude são elementos distintos. Notadamente em questões objetivas, não há como se abarcar todos os elementos e exceções previstos em lei, o que fica a cargo das avaliações subjetivas por meio das se verifica a possibilidade de ampliação de gabarito e de comportamento de respostas distinta. No caso em tela, tem-se que dentre as cinco, quatro opções foram descartadas pelos candidatos que conheciam o tema.

Gabarito mantido.



Questão

9	5	3	7
---	---	---	---

A assertiva traz uma única opção correta, a saber: “*Contrai obrigação de cumprir o prometido aquele que, por meio de anúncios públicos, compromete-se a recompensar a quem preencher certa condição*”. O art. 854 do CC dispõe: “*Aquele que, por anúncios públicos, se comprometer a recompensar, ou gratificar, a quem preencha certa condição, ou desempenhe certo serviço, contrai obrigação de cumprir o prometido*”. Como se vê pela leitura da assertiva indicada pela Banca Examinadora como correta, tem-se que a mesma se encontra nos exatos termos fixados pelo artigo em referência. As demais opções afrontam o disposto na legislação vigente não merecendo ser feito qualquer reparo no gabarito. Gabarito mantido.

Questão

10	1	5	4
----	---	---	---

Não houve recursos interpostos.

Questão

11	20	17	17
----	----	----	----

O artigo 35-B, da Lei nº 8.884/94, trata da possibilidade de a União, por intermédio da SDE, celebrar acordo de leniência, com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução de um a dois terços da penalidade aplicável, com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo e que dessa colaboração resulte a identificação dos demais coautores da infração e a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação. O § 2º prevê que o acordo somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: I – a empresa ou pessoa física seja a primeira a se qualificar com respeito à infração noticiada ou sob investigação; II – a empresa ou pessoa física cesse completamente seu envolvimento na infração noticiada ou sob investigação a partir da data de propositura do acordo; III – a SDE não disponha de provas suficientes para assegurar a condenação da empresa ou pessoa física quando da propositura do acordo; e IV – a empresa ou pessoa física confesse sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento. O § 1º não deixa dúvidas de que o disposto no artigo 35-B não se aplica às empresas ou pessoas físicas que tenham estado à frente da conduta tida como infracionária. Pelas redações acima, quando o enunciado da questão 11 determina que o candidato assinale “a única alternativa que representa impedimento para a celebração do citado acordo”, é admitida, como única resposta, a afirmativa “CBA Embarcações S/A deve ter estado à frente da conduta tida como infracionária”, porquanto afronta o comando do § 1º, do artigo 35-B e, de fato, impede a celebração do acordo. Todas as demais alternativas, quando presentes, não impedem a celebração do acordo de leniência, vez que cada uma é considerada como um requisito, uma etapa, para a citada celebração do acordo (incisos do § 2º, do artigo 35-B, da Lei nº 8.884/94) e não um impedimento.

Gabarito mantido.



Questão

12	11	13	12
----	----	----	----

A matéria envolvida na questão está de acordo com o edital do concurso, haja vista que o mesmo traz como item 6, o tópico “o CADE”. Desta forma, o candidato deve demonstrar conhecimentos da Lei 8.884/94, que trata do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. O enunciado da questão 12 aborda a execução judicial das decisões do CADE, devendo o candidato apontar a afirmativa correta, no caso, “No cálculo do valor da multa diária pela continuidade da infração, tomar-se-á como termo inicial a data final fixada pelo CADE para a adoção voluntária das providências contidas em sua decisão, e como termo final o dia do seu efetivo cumprimento”. Por outro lado, a incorreta afirmativa “A execução que tenha por objeto exclusivamente a cobrança de multas pecuniárias será feita de acordo com o disposto nos artigos 632 a 645 da Lei nº 5.869/73, sendo vedada a execução nos moldes da Lei 6.830/80”, aborda a matéria tratada no artigo 61, inserido na citada Lei 8.884/94 através do Título VIII (Da Execução Judicial Das Decisões Do CADE), capítulo I (Do Processo), dentro, portanto, da matéria ilustrada no edital do concurso. Se o candidato tiver conhecimentos do teor da Lei do CADE, saberá identificar que o artigo 61 estipula que “a execução que tenha por objeto exclusivamente a cobrança de multas pecuniárias será feita de acordo com o disposto na Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980”, e não do CPC (Lei 5.869/73). Em outras palavras, se ele souber o teor da Lei do CADE, não haverá o que errar. Alegar que a afirmativa transborda a matéria objeto do edital é demonstrar desconhecimento do conteúdo do artigo 61, da Lei do CADE.

Gabarito mantido.

Questão

13	14	19	11
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

14	19	15	14
----	----	----	----

A questão aborda os *tipos sociais* (item 10 do edital). A única afirmativa correta é a apontada pelo gabarito, pois, segundo o *caput* do artigo 1.049, do Código Civil Brasileiro, “o sócio comanditário não é obrigado à reposição de lucros recebidos de boa-fé e de acordo com o balanço”. A resposta não está incompleta, já que apresenta a redação literal do citado *caput* do artigo 1.049 do citado diploma legal.

Gabarito mantido.

Questão

15	18	12	20
----	----	----	----

A questão trata do tema *estabelecimento* (item 4 do edital), devendo o candidato assinalar a afirmativa correta, cuja redação é a seguinte: “A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produz efeitos em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência, somente ficando exonerado se, de boa-fé, paga ao cedente”. O assunto é tratado pelo artigo 1.149 do Código Civil, que assim determina: “a cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeitos em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente”. Nota-se que a expressão “de boa-fé” foi destacada na assertiva, entre vírgulas, a fim de ressaltar a condição de que o pagamento feito ao cedente somente exonera o devedor se for feito de boa-fé. Portanto, a palavra “somente”, presente na afirmativa, destaca a necessidade de haver a boa-fé. Não havendo boa-fé, não ficará o devedor exonerado. Não objetivou a questão esgotar as possibilidades de exoneração da obrigação do devedor.

Gabarito mantido.



Questão

16	13	14	15
----	----	----	----

A questão aborda o item 13 do edital. O objetivo é, também, aferir se o candidato tem conhecimentos sobre as matérias apontadas no edital, no caso, sobre o instituto da recuperação judicial. Pelo enunciado, o candidato deve assinalar a afirmativa incorreta. A afirmativa apresentada como incorreta traz a seguinte redação: “O devedor só pode desistir do pedido de recuperação judicial até o deferimento de seu processamento e desde que a desistência seja aprovada pela assembleia-geral de credores” (grifo nosso).

O § 4º, do artigo 52, da Lei nº. 11.101/2005, que trata do tema, determina que “o devedor não poderá desistir do plano de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembleia-geral de credores” (grifo nosso). Em relação à redação apresentada na afirmativa “Após o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial, os credores não podem mais desistir da adesão ao plano, a menos que todos os demais credores signatários concordem expressamente”, não existe razão na alegação de que a mesma não se coaduna com a Lei de Recuperação e Falências, haja vista que o § 5º, do artigo 161, assim dispõe: “Após a distribuição do pedido de homologação os credores não poderão desistir da adesão ao plano, salvo com a anuência expressa dos demais signatários”. Somente haveria razão se a afirmativa apontasse momento diverso, como, por exemplo, do deferimento do pedido. Por outro lado, a afirmativa “Se houver objeções de credores que representem mais da metade dos créditos quirografários ao plano especial de recuperação judicial, o juiz julgará improcedente o pedido e decretará a falência do microempresário, sem que haja convocação de assembleia-geral para deliberar sobre o plano” está, também correta, haja vista que se coaduna com o *caput* do artigo 72, da Lei nº. 11.101/2005 e seu parágrafo único que assim determinam: “caso o devedor de que trata o art. 70 desta Lei [microempresas e empresas de pequeno porte] opte pelo pedido de recuperação judicial com base no plano especial disciplinado nesta Seção, não será convocada assembleia-geral de credores para deliberar sobre o plano, e o juiz concederá a recuperação judicial se atendidas as demais exigências desta Lei. O juiz também julgará improcedente o pedido de recuperação judicial e decretará a falência do devedor se houver objeções, nos termos do art. 55 desta Lei, de credores titulares de mais da metade dos créditos descritos no inciso I do *caput* do art. 71 [quirografários] desta Lei”.

Gabarito mantido.

Questão

17	15	20	19
----	----	----	----

O tema abordado é a constituição da sociedade anônima (item 10 do edital). O enunciado determina que o candidato deva apontar o momento em que a sociedade anônima é considerada regularmente constituída. A alternativa correta possui a seguinte redação: “do arquivamento dos documentos relativos à constituição no Registro Público de Empresas Mercantis e a sua subsequente publicação, em até trinta dias, em órgão oficial do local de sua sede”. Tal assertiva está de acordo com o artigo 94, da Lei nº. 6.404/76, que trata do arquivamento e publicação e assim determina: “nenhuma companhia poderá funcionar sem que sejam arquivados e publicados seus atos constitutivos”. Em seguida, o artigo 289 da mesma lei impõe que tais publicações devem ocorrer no órgão oficial da União, Estado ou Distrito Federal, conforme o lugar onde está localizada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia. A comunhão desses dois dispositivos embasa a assertiva apresentada no edital, não havendo margens a discussões. O fato de a companhia poder ter sido constituída por assembleia (art. 95) ou por escritura pública (art. 96) não inutiliza a alternativa correta, tendo em vista que a redação apresentada apenas aborda o “arquivamento dos documentos relativos à constituição”, sem especificar quais e quantos seriam eles.



A companhia se torna detentora de personalidade jurídica a partir do arquivamento dos seus documentos de constituição no órgão competente. A redação do artigo 98 (publicação e transferência de bens) torna-se desnecessária e insuficiente para ensejar anulação da questão, na medida em que o artigo 94 (arquivamento e publicação) é taxativo ao determinar que sem haver o arquivamento e a publicação dos atos constitutivos, a companhia não poderá funcionar. Em havendo atendimento ao comando do artigo 94, por outro lado, a companhia poderá funcionar.

Gabarito mantido.

Questão

18	12	16	13
----	----	----	----

A questão aborda os títulos denominados *warrant* e conhecimento de depósito (item 8 do edital). A esse respeito, o candidato deve indicar a afirmativa incorreta, no caso, “O conhecimento de depósito não pode ser penhorado ou arrestado por dívidas do portador”. Isto porque, o artigo 17, do Decreto nº 1.102/1903, determina que “Emitidos os títulos de que trata o art. 15, os gêneros e mercadorias não poderão sofrer embargo que prejudique a sua livre e plena disposição, salvo nos casos do art. 27. O conhecimento de depósito e o “warrant”, ao contrário, podem ser penhorados, arrestados por dívidas do portador”. A afirmativa “O conhecimento de depósito e o *warrant* são títulos que devem ser emitidos simultaneamente pelo depositário, podendo ser transmitidos unidos ou separadamente, mediante endosso” não está incorreta, na medida em que o artigo 15, do Decreto nº 1.102/1903, estabelece que “Os armazéns gerais emitirão, quando lhes for pedido pelo depositante, dois títulos unidos, mas separáveis à vontade, denominados - “conhecimento de depósito” e “warrant””. O Decreto deixa claro que tais títulos serão emitidos quando solicitados. Esse não é o ponto da afirmativa. A questão é a forma como os mesmos serão emitidos, isto é, simultaneamente, e a sua transmissão, esta sim, pode ocorrer de forma conjunta ou separada, conforme a vontade do seu portador.

Gabarito mantido.

Questão

19	17	18	18
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

20	16	11	16
----	----	----	----

A questão versa sobre os títulos de crédito em espécie (item 8 do edital).

A afirmativa apontada como correta “A nota promissória, assim como a letra de câmbio, são títulos de crédito que podem circular ao portador” não deixa margens a dúvidas. A nota promissória, assim como a letra de câmbio, são títulos nominais e, portanto, o nome do beneficiário é requisito essencial para a sua constituição (artigos 1º e 75, do Decreto-Lei nº 57.663/66). Contudo, a circulação desses títulos pode se dar ao portador, através de endosso em branco (cf. artigos 12, § 3º, 14 e 77, do Decreto-Lei nº 57.663/66). A Lei nº 8.021/90 não é aplicada em relação à circulação das Letras de câmbio e das Notas promissórias. Somente ao pagamento das mesmas, ocasião em que o endosso em branco deve ser convertido em preto. O Código Civil também não é aplicado à questão, haja vista que a matéria tratada possui lei especial que a disciplina. Por outro lado, a afirmativa “O endosso realizado por Lucélio é considerado parcial. Segundo a LUG (Decreto nº. 57.663/66), tal endosso é proibido, gerando a invalidade do título” não está correta, porquanto não se pode confundir invalidade com nulidade (artigo 12, Decreto nº. 57.663/66).

Gabarito mantido.



Questão

21	37	38	37
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

22	21	24	32
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

23	34	28	30
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

24	31	35	31
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

25	30	27	40
----	----	----	----

No que pesem as posições doutrinárias e jurisprudenciais em contrário apontadas nos recursos, a questão tem como base a Súmula 545 do STF, que não foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal, guardião da CF/88 e órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro.

Gabarito mantido.

Questão

26	26	29	23
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

27	23	25	26
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

28	25	30	38
----	----	----	----

Com base na leitura dos arts. 173 e 174 do CTN percebe-se o acerto da resposta da banca, que afirma que a decadência atinge a obrigação tributária, ao passo que a prescrição atinge o crédito tributário.

Gabarito mantido.

Questão

29	39	23	25
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

30	22	31	21
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.



Questão

31	29	26	29
----	----	----	----

A alternativa correta é a prevista na letra d) da prova 1, segundo a qual, “O princípio da vedação do tributo confiscatório impede a utilização de imposto com efeito de confisco, / mas não há percentual que estabeleça previamente os limites do tributo confiscatório.”, pois não há na constituição um limite previamente fixado para estabelecer o que é um tributo confiscatório. Resta ao legislador, ao intérprete e ao julgador avaliar concretamente a situação, orientados pelos demais princípios constitucionais, a fim de verificar se determinado tributo se configura como confisco ou não. A opção adotada na letra a) está incorreta, pois a progressividade é característica de algumas, e não todas as espécies tributárias. A alternativa b) é falha, já que o princípio da capacidade tributária se aplica aos impostos e não a todas as espécies de tributos, conforme visto no art. 145, §1º da CF. A alternativa c) está errada, pois não há um percentual fixado que estabeleça previamente os limites do tributo confiscatório. A alternativa e) está equivocada, pois a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo prescinde da forma de lei para ser prevista, de acordo com o art. 97 caput e § 2º do Código Tributário Nacional.

Gabarito mantido.

Questão

32	32	32	39
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

33	35	40	28
----	----	----	----

A questão pedia que fosse apontada a afirmativa correta levando-se em conta as espécies de tributos existentes em nosso ordenamento. Com base na prova tipo 1, a alternativa correta é vista na opção apresentada pela letra d), a qual prevê que a instituição de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, é de competência exclusiva da União, conforme redação expressamente constante do *caput* do art. 149 da CRFB. Não procede o argumento que identifica o §1º desse dispositivo como previsão a tornar incorreta a resposta adotada pelo gabarito, pois a contribuição que compete aos Estados, Distrito Federal e os Municípios instituírem, a ser cobrada de seus servidores, tem natureza previdenciária. Diferentemente, portanto, são as hipóteses de instituição de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, que, **concorrentemente**, ou seja tratando-se de contribuição social e contribuição de intervenção no domínio econômico e contribuição de interesse de categoria profissional só a União tem competência para instituir.

Gabarito mantido.

Questão

34	40	21	33
----	----	----	----

Questão anulada.



Questão

35	27	22	24
-----------	-----------	-----------	-----------

Com base na prova tipo 1, a alternativa correta é vista na letra e), que prevê, a respeito da imunidade tributária, que a imunidade recíproca entre os entes federados não se aplica em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O princípio da imunidade recíproca está previsto no art.150, VI, a), de forma a determinar que “sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...)VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros”. O imposto de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido tem como sujeito passivo o contribuinte particular. Além disso, o §3, também do art. 150, expressamente exclui da imunidade o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

Gabarito mantido.

Questão

36	36	34	35
-----------	-----------	-----------	-----------

O enunciado da questão pedia que fosse apontado entre os impostos IPTU; ITBI; Imposto de Renda; IPVA e ITR, qual não seria marcado pela característica da progressividade. A característica da progressividade pode ser identificada no caso do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) na hipótese encontrada no art. 182, §4º, II da CRFB, ao prever que é facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento sob pena de incidir o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo. No caso do Imposto de Renda, o fenômeno da progressividade decorre expressamente do constante no art. 153 §2º, I da CRFB. O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) por meio da EC nº 42/2003, passou a admitir progressividade, conforme se depreende do comando inserto no art. 155, § 6º, II, da CF/88, ao viabilizar a diferenciação de suas alíquotas, em função do tipo e da utilização do veículo. Quanto ao Imposto Territorial Rural (ITR), por meio, novamente, da EC nº 42/2003, passou-se a ter previsão explícita de progressividade do imposto no texto constitucional. De acordo com o art. 153, § 4º, I, da Magna Carta, o ITR “será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas”. É de se afastar a ideia de que a progressividade, só poderia ter aplicação sobre impostos se expressamente assim previsto na Constituição. Trata-se de subprincípio de aplicação da capacidade contributiva, que por sua vez decorre do princípio da isonomia tributária, podendo ser aplicado a qualquer tempo nos impostos, não necessitando de previsão expressa na Constituição. A alternativa correta, portanto, é a letra B, tomando como base a prova tipo 1, pois no caso do ITBI, é de se notar a dificuldade de conciliar o fato gerador do referido tributo, que é a transmissão da propriedade, com o princípio da Capacidade Contributiva previsto no artigo 145, § 1º, da CF. Nesse sentido, prevê a súmula 656 do STF que “É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o ITBI com base no valor venal do imóvel”.

Gabarito mantido.



Questão

37	24	37	27
----	----	----	----

O comando da questão pede que o candidato assinale a alternativa correta, considerando que a segunda assertiva se vincula e é decorrência lógico-jurídica da primeira. Tomando como base a prova tipo 1, está correta a opção vista na letra a), segundo a qual “o CTN equipara à majoração de tributo a modificação de sua base de cálculo que importe em torná-lo mais oneroso, sendo matéria reservada à lei; / entretanto, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo não configura majoração de tributo e, portanto, não é matéria reservada à lei”. As assertivas combinadas acima obedecem ao disposto no art. 97 §§1º e 2º do CTN. A alternativa b), que prevê que “de acordo com o princípio da vedação de isenções heterônomas, os Estados e Municípios não podem determinar isenções nos tributos de competência dos demais entes federados; / contudo, somente a União poderá instituir isenções de tributos de competência de Estados e Municípios, como prevê a Constituição.” está incorreta, pois conforme expressamente previsto no artigo 151 III da Constituição Federal, é vedado à União: “instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.” Conforme observa Roque Antonio Carrazza, “ainda que inexistisse o dispositivo deste teor, os princípios federativo, da autonomia municipal e da autonomia distrital impediriam que a União, por meio de lei ordinária federal, concedesse isenções de tributos de competência dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal. Trata-se de regra geral, a ser contemplada pelo enunciado pela questão. Em que pese existir uma única hipótese de admissão da isenção heterônoma vista no permissivo constitucional do art. 156§ 3º, II da CRFB, que possibilita a concessão de isenção do II sobre serviços prestados a destinatários no exterior, não há amparo para considerar correta a afirmação de que “somente a União poderá instituir isenções de tributos de competência de Estados e Municípios, como prevê a Constituição”, tendo em vista que não pode a União instituir isenções de tributos da competência dos Estados. Não procede a argumentação de que o art. 155 §2º, XII e) da CRFB prevê à União, mediante lei complementar, conceder isenção de tributo dos Estados (ICMS), pois a EC nº 42/2003 deu nova redação ao art. 155 §2º, X a) da CRFB tornando vazia àquela previsão, pois serem agora imunes ao ICMS todas as operações que destinem mercadorias para o exterior”. A alternativa vista na opção de letra c) está incorreta pois o princípio da anterioridade tributária não é observado a todas as espécies tributárias, conforme determina a própria CRFB, nos casos vistos no art. 150 §1º e 148, I, englobando: imposto sobre a importação de produtos estrangeiros (CF, art. 150, §1º, art. 153, I); imposto sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (CF, art. 150, §1º, art. 153, II); imposto sobre produtos industrializados (CF, art. 150, §1º, art. 154, IV); imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (CF, art. 150, §1º, art. 153, V); imposto extraordinário lançado na iminência ou no caso de guerra externa (CF, art. 150, §1º, art. 154, II); empréstimo compulsório para atender as despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência (CF, art. 148, I). Em igual sentido, não está certa a letra d), tendo em vista que existem diversas exceções ao princípio da noventena, vistos, exemplificativamente, no caso do II, IE, IOF e, IR. A alternativa apontada na letra e) não é procedente, pois o pedágio pode ter natureza de tributo, caso preencha os requisitos para ser identificado como modalidade de taxa.

Gabarito mantido.

Questão

38	38	33	36
----	----	----	----

Questão anulada.



Questão

39	28	36	34
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

40	33	39	22
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

41	48	60	41
----	----	----	----

Com base na prova tipo 1, a resposta correta é a C, visto que no regime de substituição tributária a tributação ocorre no início da cadeia e, portanto, deve haver o destaque apenas em relação ao ICMS; artigo 18 § 4º, IV da Lei 123/2006.

Gabarito mantido.

Questão

42	63	65	44
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

43	43	44	51
----	----	----	----

Com base nas alternativas do tipo 1, a resposta correta é a C, de acordo com o artigo 18 da Lei Complementar 123/06.

Gabarito mantido.

Questão

44	59	73	66
----	----	----	----

Os recursos não devem ser admitidos pois apenas exprimem a irresignação dos candidatos com o conteúdo da pergunta, que não se subtrai ao edital, já que a resposta correta associa o artigo 2, I, da Lei 8137/90 com o artigo 297 do CP.

Gabarito mantido.

Questão

45	73	48	55
----	----	----	----

Os recursos devem ser rejeitados, por não traduzirem qualquer argumento apto à anulação da questão, a qual deveria ser respondida, meramente, com base na Constituição Federal, que era legislação citada no Edital, artigo 109, IV, da CRFB.

Gabarito mantido.

Questão

46	55	62	60
----	----	----	----

Os recursos não merecem prosperar, pois não se interpretou, com a argumentação, corretamente os artigos 104, 105 e 105 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Gabarito mantido.



Questão

47	77	58	61
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

48	47	77	73
----	----	----	----

Os argumentos apresentados nos recursos não se referem a qualquer elemento que pudesse nulificar a questão, representando mera contrariedade com o conteúdo da pergunta, que se embasa em legislação expressamente prevista no edital do concurso.

Gabarito mantido.

Questão

49	46	59	56
----	----	----	----

Os recursos devem ser rejeitados, visto que a pergunta objetivava resposta fundamentada especificamente na legislação citada no edital como de conhecimento obrigatório do candidato, a saber, Lei 2.869/97, artigo 9º, § 3º. Os argumentos que mencionam falta de especificação da lei no enunciado, necessidade de conhecimento sobre princípios, que não seria matéria do concurso não podem ser acolhidos, visto que não havia obrigatoriedade de citação de lei no enunciado e a resposta envolvia conteúdo previsto em texto de lei, conforme já citado.

Gabarito mantido.

Questão

50	42	74	78
----	----	----	----

Os recursos apontam, em sua grande maioria, apenas o fato de no enunciado da questão ter havido erro material (de digitação) em um dos algarismos da Lei 8.137/90 (grafou-se 8937/90). Entretanto, esse erro material não é de monta a anular a questão em função de a lei ser grafada corretamente, imediatamente abaixo no mesmo enunciado e na resposta correta.

Gabarito mantido.

Questão

51	56	71	54
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

52	52	53	77
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

53	61	46	50
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.



Questão

54	49	43	64
----	----	----	----

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000, a renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, conforme estabelece o art. 14, parágrafo 1º. da LC 101/2000. A referida renúncia de receita deverá estar acompanhada do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e pelo menos uma das condições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei Complementar 101/2000. Todavia, as regras insertas no art. 14 da LC 101/2000 relativas à renúncia de receita, não são aplicáveis as alterações das alíquotas dos Impostos de Importação -II, Produtos Industrializados - IPI e Operações Financeiras – IOF, de acordo com o art. 14, parágrafo 3º., inciso I, da LC 101/2000. E isso porque tais impostos possuem caráter extrafiscal, isto é, o Poder Executivo Federal poderá intervir na economia por meio da tributação, promovendo a alteração, mediante Decreto, das alíquotas dos impostos aqui cuidados, conforme previsto no art. 153, parágrafo 1º, da CFRB/88. Dessa forma, os recorrentes ao alegarem que o gabarito não estaria correto, deixaram de considerar a ressalva contida no art. 14, parágrafo 3º., inciso I, da LC 101/2000

Gabarito mantido.

Questão

55	72	47	53
----	----	----	----

A questão alcança as chamadas operações mistas que envolvem ao mesmo tempo prestação de serviços e circulação de mercadorias, assim os subitens 7.02; 7.05; 14.01; 14.03 e 17.11 da Lista de Serviços anexa à LC 116/2003, configuram exceções a incidência única do ISS sobre o valor total da operação de prestação de serviços, nesses casos, o ISS irá incidir sobre o serviço e o ICMS sobre as mercadorias ali apontadas.

Gabarito mantido.

Questão

56	76	76	76
----	----	----	----

A questão tem como base o artigo 199 da CE do Rio de Janeiro, não procedendo o recurso do candidato que afirma que a questão está fundada no Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro e, portanto, não estaria abrangida pelo programa do concurso.

Gabarito mantido.

Questão

57	71	49	52
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

58	68	63	75
----	----	----	----

Não há duas respostas corretas, como afirmam os recursos dos candidatos irredignados. O doador, no caso da doação que se efetuar sem o pagamento do imposto devido é responsável solidário. A resposta (b) da prova Tipo 1 está incompleta e, portanto, inaceitável.

Gabarito mantido.



Questão

59	44	45	62
----	----	----	----

Há alegação de erro gramatical na utilização de preposição. Entretanto, a resposta dada como correta é cópia de expressa disposição legal, mais precisamente do art. 40, VII, B da Lei 2657/96 do Estado do Rio de Janeiro. Afirmar que a resposta está incorreta seria afirmar que a lei está errada, o que não é admissível.

Gabarito mantido.

Questão

60	60	72	72
----	----	----	----

Os recursos a esta questão baseiam-se no mesmo fundamento, que não encontra respaldo, pois não se coaduna com a interpretação finalística do examinador, que é o conhecimento geral da natureza jurídica das taxas e da isenção. Deve ser buscada a melhor interpretação dentre as palavras que são postas, visto que não há análise de caso pontual e há uma resposta correta, por expressa determinação legal.

Gabarito mantido.

Questão

61	67	42	47
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

62	58	61	80
----	----	----	----

A alternativa E do tipo 1 encontra-se correta, uma vez que, com base na lei em questão, apontou-se para critérios que poderiam ser definidos posteriormente à edição da lei, como ocorreu com a resolução 2320/93, o que torna a afirmativa correta.

Gabarito mantido.

Questão

63	70	66	79
----	----	----	----

As afirmativas I e II são cópia literal do decreto. Entendendo-se as alterações trazidas no âmbito da legislação em questão, cabe depreender o contexto de sua aplicação, conforme indicação do enunciado. Dessa forma, não cabe falar em anulação da questão.

Gabarito mantido.

Questão

64	64	51	49
----	----	----	----

As afirmativas I e III são cópia literal do texto da lei. A afirmativa I abraça a regra geral, não tratando de exceções, como ocorre no caso do cimento, cujo prazo é até o dia 10.

Gabarito mantido.

Questão

65	51	41	45
----	----	----	----

A SER 80/40 indica que a mercadoria entrada no estabelecimento no dia 7 de janeiro deve ter seu ICMS correspondente pago até o dia 13, e não **até** o dia 10, como propõe o recurso.

Gabarito mantido.



Questão

66	57	50	46
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

67	54	78	63
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

68	62	68	59
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

69	66	57	70
----	----	----	----

A questão tem por base o Decreto estadual 42.191/2009, que estabelece plena correção das alternativas propostas, à exceção da afirmativa indicada como gabarito.

Gabarito mantido.

Questão

70	45	56	71
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

71	41	52	57
----	----	----	----

Os recorrentes apontam outra alternativa como correta. No entanto, o gabarito está correto e percebe-se que houve equívoco na interpretação às hipóteses constituídas pelos argumentos dos recursos.

Gabarito mantido.

Questão

72	79	67	65
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

73	78	80	68
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

74	65	64	69
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

75	75	69	42
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

76	69	55	48
----	----	----	----

Os recursos não prosperam pois evidenciam equívoco na leitura e interpretação da questão. Foi feita uma leitura restritiva da opção “entrepasto aduaneiro” que não é compatível com o enunciado da questão.

Gabarito mantido.



Questão

77	74	54	74
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

78	80	79	58
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

79	53	70	67
----	----	----	----

Os recursos não prosperam, pois pretendem atribuir sentido mais amplo à letra da lei. Todas as alternativas correspondem ao teor do RICMS, à exceção do indicado no gabarito.

Gabarito mantido.

Questão

80	50	75	43
----	----	----	----

Questão anulada.

Questão

81	88	81	90
----	----	----	----

A Resolução 750/93 continua em vigor. A atualização não altera o gabarito. O princípio da atualização monetária foi revogado. A legislação em vigor é a que vale, ao invés da revogada.

Gabarito mantido.

Questão

82	90	85	81
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

83	85	83	83
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

84	83	88	85
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

85	82	89	86
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.



Questão

86	87	84	89
----	----	----	----

A questão considerou o disposto na legislação em vigor, qual seja a Resolução n. 1.292/10. A BASE para o impairment são o valor decorrente da exploração (valor de uso) e o obtido no mercado (por meio de negócio celebrado com a comutatividade e independência requeridas). A partir daí, são feitos, em ambos os valores, os ajustes determinados pela norma. No valor de uso, deve ser aplicada uma taxa de desconto para trazer-se a valor presente. No valor de venda, devem ser considerados gastos com a venda. AS REFERÊNCIAS são o valor de uso e de venda.

Gabarito mantido.

Questão

87	86	90	82
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

88	81	86	87
----	----	----	----

Foi produzido o equivalente a 15 unidades no período (10 unidades 100% acabadas e 10 unidades 50% acabadas). R\$ 1.500 (CPP) / 15 resulta em um custo de unidade acabada de R\$ 100. Tendo sido vendidas 8 unidades, $8 * R\$ 100 = R\$ 800$ para o CPV.

Gabarito mantido.

Questão

89	89	87	88
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

90	84	82	84
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

91	94	96	93
----	----	----	----

O binômio “poder/dever” não se aplica à questão. O comando solicita que seja marcada a opção correta. O gabarito está correto, ao afirmar que “o auditor pode divulgar as informações, desde que autorizado”. Estaria errado se dissesse que “o auditor NÃO pode divulgar as informações”. O sigilo determina a necessidade de haver autorização por parte da auditada.

Gabarito mantido.

Questão

92	92	91	97
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.



Questão

93	95	95	96
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

94	99	94	98
----	----	----	----

O CPC é quem emite os pronunciamentos que depois são cancelados pelo CFC.

Gabarito mantido.

Questão

95	96	93	92
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

96	97	97	99
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

97	98	98	95
----	----	----	----

Não houve recursos interpostos.

Questão

98	93	99	91
----	----	----	----

Os relatórios anteriores mencionados são os confeccionados, por exemplo, pelos auditores anteriores. Os cuidados para uma primeira auditoria mencionados pelo CFC são ilustrados para os auditores que acabaram de iniciar um trabalho (sucessores). Isso não impede que tenham ocorrido auditorias anteriores feitas por outros auditores (sucedidos).

Gabarito mantido.

Questão

99	100	92	100
----	-----	----	-----

Não houve recursos interpostos.

Questão

100	91	100	94
-----	----	-----	----

Não houve recursos interpostos.